



2.º	PUBLICADO NO D. O. U. De 23/02/1993
C	
C	<i>C</i> Rúbrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE S  
Processo N.º 11030-000.310/9

Processo N.º 11030-000.310/91-95

Sessão de 04 de dezembro de 1992

**ACORDÃO N.º 201-68.698**

Recurso n.º 88.494

Recorrente COMÉRCIO DE ROUPAS PASSO FUNDO LTDA.

**Recorrida DRF EM PASSO FUNDO - RS**

**DCTF** - A entrega a destempo desse documento, desde que espontaneamente, não importa imposição da penalidade prevista no art. 11 do Decreto-Lei nº 1.968/82, ex-vi do disposto no art. 138 do CTN. Antecedentes: IN-SRF nº 100, de 15.09.83. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COMÉRCIO DE ROUPAS PASSO FUNDO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros HENRIQUE NEVES DA SILVA e DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1992

ARTISTÓFANES FONTOURA DE HOLANDA - Presidente

LINO DE AZEVEDO MESQUITA - Relator

\* MAÍRA SOUZA DA VEIGA Procuradora-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 26 MAR 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros SÉRGIO GOMES VELLOSO, SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK, ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO e SARAH LAFAYETE NOBRE FORMIGA (suplente).

\*VISTA em 26/03/93, ao Procurador da Fazenda Nacional, Dr. ARNÔ  
CAETANO DA SILVA, ex-vi da Portaria PGFN nº 177, DO de 22/03/93.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
Processo Nº 11030-000.310/91-95

Recurso Nº: 88.494

Acordão Nº: 201-68.698

Recorrente: COMÉRCIO DE ROUPAS PASSO FUNDO LTDA.

**R E L A T Ó R I O**

Trata-se de Recurso tempestivo (fls. 37/38) interposto pela Empresa em referência, ora Recorrente, contra a Decisão de fls. 28/32 que manteve o lançamento de ofício de fls. 05, para imposição da multa prevista nos §§ 2º, 3º, e 4º do art. 11 do Decreto-Lei nº 1968/82, com a redação dada pelo art. 10 do Decreto-Lei nº 2.065/83, no montante equivalente a 638,65 BTNF, por entrega a destempo, porém espontaneamente, da DCTF relativa aos meses de 03/87, 04/88, 06/88, 08/88, 11/88, 01/89, 02/89, 03/89, 07/89, 08/89, 09/89, 10/89, 11/89, 12/89 e 01/90.

A Recorrente sustenta, em resumo abreviado, que a norma legal invocada para apena a Recorrente é inaplicável ao caso, eis que refere-se à DIRF e o Ministro da Fazenda não pode criar obrigações acessórias, matéria reservada à Lei.

A Decisão Recorrida, na parte do mérito, sustenta em síntese: a aplicação da multa cominada no Decreto-Lei nº 2.124/84 (art. 5º, § 3º) é mera sanção estabelecida aos que deixaram de prestar, ou o fizeram fora do prazo administrativamente estipulado, determinadas informações de natureza acessória, que interessam ao controle da arrecadação e fiscalização dos tributos federais; não se caracteriza, pois, como norma ilegal (inconstitucional).

É o relatório.

5

Processo nº 11030-000.310/91-95  
Acórdão nº 201-68.698

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR LINO DE AZEVEDO MESQUITA**

A Recorrente, como o demonstraram os autos e o reconhece a Decisão Recorrida, entregou a DCTF relativa aos períodos apontados na notificação de lançamento fora do prazo regulamentar, mas antes de qualquer procedimento de ofício da repartição fiscal.

É matéria, portanto, bem conhecida deste Colegiado.

Assim sendo, adoto como razões de decidir as do voto do Acórdão nº 201-68.118, em que fui relator, *verbis*:

" Este Colegiado, reiteradamente, tem entendido que a hipótese caracteriza a denúncia espontânea de que trata o art. 138 do CTN, em que a responsabilidade pela infração é excluída. Sendo Lei Complementar a sua norma tem ascendência sobre a legislação ordinária (Decreto-Lei nº 1.968/82) que, ao meu entender, dispõe sobre a aplicação da pena aos que não entregam o referido documento fiscal e contemplando, ainda, situação com a redução de 50% da multa aos que notificados pela autoridade fiscal fazem entrega daquele documento no prazo que lhe é assinado.

Os decisórios deste Colegiado, emanados de ambas as Câmaras, são inúmeros. À guisa de ilustração citamos os Acórdãos de nºs 202-04.778, 201-67.443,..... 201-67.466 e 201-67.503.

As poucas dissensões havidas, acerca da exclusão ou não da penalidade na entrega espontânea da DCTF fora do prazo, centram-se no entendimento de uma corrente respeitável, no sentido de que a excluente da responsabilidade por infrações à legislação fiscal, pela denúncia espontânea, se restringe às multas ditas punitivas, não alcançando aquelas de natureza moratória, na qual se enquadraria a multa em foco.

O ilustre Presidente deste Colegiado, Conselheiro ROBERTO BARBOSA DE CASTRO, no voto que fundamenta o Acórdão nº 201-68.062, bem como demonstrou, às com

Processo nº 11030-000.310/91-95  
Acórdão nº 201-68.698

pletas, que a penalidade pelo descumprimento do prazo de entrega da DCTF, tem natureza puramente punitiva e não moratória ou compensatória, por isso que está alcançada pelos benefícios da espontaneidade prescritos no art. 138 do CTN - norma de hierarquia complementar à Constituição e, portanto, não revogada pela legislação ordinária que rege a matéria."

Isto posto, na esteira do entendimento deste Colegiado, já manifestado por mim em diversos julgados (vide, por exemplo, Acórdãos nos 201-67.443 e 201-68.068), voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1992

LINO DE AZEVEDO MESQUITA